

Dia D contra Gripe mobiliza 132 postos em Porto Alegre

Abertura ampliada das unidades de saúde focou em grupos prioritários

/ SAÚDE

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O Dia D de vacinação contra a gripe (Influenza) movimentou Porto Alegre neste sábado, com abertura simultânea de 132 unidades de saúde, das 9h às 18h. A ação buscou ampliar a cobertura entre os grupos prioritários antes da chegada do inverno, período de maior circulação de vírus respiratórios e de pressão sobre os serviços de urgência.

Para facilitar o acesso da população, o transporte público operou com passe livre ao longo do dia, permitindo o deslocamento até os pontos de vacinação distribuídos pela Capital. Os números oficiais serão divulgados nesta segunda-feira.

De acordo com o secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter, o Dia D foi bem-sucedido. Ele, entretanto, mostrou preocupação sobre a cobertura vacinal infantil. “Tivemos uma adesão muito significativa da população neste Dia D, o que demonstra confiança no sistema público de saúde e consciência coletiva sobre a importância da vacinação. No entanto, ainda nos preocupa a baixa procura entre crianças de seis meses a 5 anos. Esse é um público vulnerável às infecções respiratórias, muito comuns no inverno, e precisamos avançar na proteção dessas crianças”, destacou.

No Centro de Saúde Modelo, um dos principais da cidade, o movimento foi intenso desde as pri-



Anderson Teixeira tomou vacina e frisou pontos positivos da campanha

meiras horas da manhã. Filas se formaram e chegaram a se estender até a rua, em um cenário favorecido pelo tempo seco e as temperaturas elevadas. De acordo com a coordenadora adjunta da unidade, Paola Brangel, até as 15h tinham sido aplicadas 1.350 doses. No ano passado, o local superou a marca de 2 mil vacinas durante a campanha, e a expectativa é de que o volume seja maior em 2026.

No meio da tarde, o supervisor administrativo Anderson Luis Arys Teixeira, de 45 anos, esteve no posto acompanhado da filha Isabelle, de 9 anos. Ele avaliou que a mobilização reforça a importância da imunização entre os públicos indicados e reduz a sobrecarga do sistema de saúde durante o inverno.

Segundo Laura Fuchs, que aguardava na fila ao lado do companheiro, o analista de sistemas

Rodrigo Ervella, a adesão das famílias à imunização infantil tem se mantido, embora vacinas mais recentes, como a da Covid-19, ainda encontrem resistência. Rodrigo, por sua vez, afirmou que participava pela primeira vez de uma campanha contra a gripe. “Fiz a imunização contra Covid-19, mas contra a gripe, não tinha o hábito. É importante e muito válido”.

A campanha segue até 31 de maio e é voltada aos grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde: crianças, pessoas com comorbidades, trabalhadores da saúde, gestantes, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. A meta é vacinar ao menos 90% de crianças, idosos e gestantes. O imunizante disponibilizado pelo SUS é trivalente, com proteção contra os vírus Influenza A (H1N1 e H3N2) e Influenza B.

Mutirão de serviços amplia acesso a direitos para migrantes e refugiados

/ INCLUSÃO SOCIAL

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

Uma força-tarefa realizada neste sábado, em Porto Alegre, reuniu instituições públicas, organizações internacionais e entidades da sociedade civil para ampliar o acesso de migrantes e refugiados a serviços essenciais. O mutirão *Integrar RS*, sediado pela OAB/RS, ofereceu atendimentos nas áreas jurídica, documental, de saúde e empregabilidade, com foco na população em situação de maior vulnerabilidade.

A iniciativa partiu do Observatório das Migrações Transnacionais, vinculado à Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), em parceria com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). A proposta foi reunir, em um único espaço, serviços que normalmente exigiriam múltiplos deslocamentos, facilitando o acesso a direitos básicos.

Coordenadora do observatório, Joseane Schuch explicou que a ação também responde à falta de dados atualizados sobre o perfil migratório no Estado e à necessidade de aproximar a academia da realidade social. “Sem o documento você não acessa nada: saúde, educação, trabalho. Fica invisível”, afirmou. Segundo ela, o mutirão atua justamente no primeiro passo dessa jornada, organizando a chamada pré-documentação e orientando os encaminhamentos, especialmente junto à Polícia Federal.

Ao longo de todo o dia, foram 106 pessoas atendidas e 207 encaminhamentos das demandas entre os setores dos serviços oferecido. Ainda, 110 pessoas foram vacinadas contra a gripe no evento, em iniciativa realizada com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde.

O público incluiu principalmente venezuelanos, haitianos, senegaleses e cubanos, muitos em situação de irregularidade documental, com processos em andamento ou recém-chegados ao Brasil. A estrutura mobilizou 13 instituições e cerca de 200 pessoas, entre profissionais e voluntários – incluindo estudantes da FMP – e integrou também ações de saúde, como testagens rápidas e orientações básicas.

O presidente da OAB/RS e da Comissão de Direitos Humanos Sobral Pinto da entidade, Leonardo Lamachia, reforçou o caráter humanitário da iniciativa. “Ao reunir diferentes serviços em um único espaço, promove-se maior eficiência e humanização ao atendimento, além de assegurar dignidade e acolhimento àqueles que mais necessitam.”

A venezuelana Mariange de los Angeles, de 22 anos, buscou o mutirão em busca de oportunidades de trabalho e regularização. Há cerca de dois anos no Brasil, ela vive com a filha de 4 anos e depende do apoio de entidades assistenciais. Ela passou por Santa Catarina antes de se estabelecer no RS, e conta que, durante a migração, teve documentos roubados, o que agravou sua situação.

Segundo o também venezuelano Gabriel Lizarraga, presidente da Associação de Migrantes e Refugiados Unidos RS, dificuldades com idioma, acesso ao emprego e regularização são recorrentes entre os recém-chegados ao Brasil. “Como vou aprender se a empresa não me quer dar a oportunidade?”, questionou. Lizarraga destaca que muitos migrantes chegam qualificados, mas precisam recomeçar do zero.

A expectativa dos organizadores é que a iniciativa tenha continuidade, possivelmente com periodicidade anual, diante da complexidade da organização e da demanda crescente.

Publicadas leis de combate à violência contra mulheres

/ DIREITOS HUMANOS

Mulheres de todo o País estão contando, a partir da última sexta-feira, com leis de proteção mais abrangentes para casos de violência. O Diário Oficial da União publicou normas que tipificam crimes e ampliam a vigilância sobre agressores.

As medidas foram sancionadas no dia anterior pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e atualizam a legislação sobre o tema. A Lei 15.382/2026 cria o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência contra as Mulheres e Meninas Indígenas, a ser lembrado em 5 de setembro.

Outra norma prevê o monitoramento eletrônico de agressores. A Lei 15.383/2026 altera a Lei Maria da Penha para incluir tal possibilidade, quando houver risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar. Além dos casos mencionados, a imposição da tornozeleira será prioridade nos casos em que houver descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas.

Por sua vez, a Lei nº 15.384/2026 tipifica o crime de vicaricídio, que é o assassinato de filhos e parentes como

forma de punir ou causar sofrimento às mulheres. Um dos casos mais recentes foi o do secretário de Governo da prefeitura de Itumbiara (GO), Thales Machado, que atirou nos dois filhos e se matou.

A legislação prevê pena de 20 a 40 anos em regime fechado para casos de violência vicária. A pena pode ser aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado na presença da mulher a quem se pretende causar sofrimento; contra criança ou adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; ou em descumprimento de medida protetiva de urgência.



Mariange aproveitou o mutirão para buscar emprego e regularização